

**OBSTRUÇÃO E PROCESSO DECISÓRIO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS: 1991 A 2010****Taeko Hiroi**

Professora associada de ciência política na Universidade do Texas, El Paso.

**Lucio Rennó**

Professor adjunto de ciência política na Universidade de Brasília (UnB).

Neste estudo, investigam-se questões relacionadas à dinâmica do conflito legislativo e ao gerenciamento da coalizão do governo sobre a incidência de movimentos obstructionistas na Câmara dos Deputados brasileira. A literatura aponta diversos trabalhos que investigaram as taxas de aprovação de proposições legislativas do presidente, o perfil das leis aprovadas e o papel alocativo da Câmara dos Deputados no orçamento federal. Alguns ensinam sobre as escolhas de instrumento legislativo feitas pelo Poder Executivo – medidas provisórias (MPs) ou projetos de lei (PLs). Outros exploram como as comissões funcionam e o seu papel informacional. Inácio (2009)<sup>1</sup> tem investigado o papel das oposições. Enfim, se conhece bastante sobre o processo legislativo. Contudo, não se sabe quase nada sobre o uso de estratégias de obstrução do processo legislativo na Câmara dos Deputados.

O que se sabe sobre o assunto resume-se à crescente incidência desse fenômeno e às inúmeras alternativas institucionais disponíveis para retardar o processo de tomada de decisão (Inácio, 2009). Ou seja, trata-se de um fenômeno que afeta o processo decisório e que está em ascendência. Todavia, não há investigação sistemática sobre as causas deste processo e como isto se relaciona ao gerenciamento da coalizão do governo e à coesão da oposição. Cabe ressaltar aqui que, no período analisado, aproximadamente 50% das votações nominiais na Câmara dos Deputados versaram sobre requerimentos procedimentais que obstruem de alguma forma a aprovação de uma proposição legislativa. Isto significa que deputados federais brasileiros defrontam-se rotineiramente com este tipo de votação e não se sabe nada, ou quase nada, sobre o que determina este importante aspecto do funcionamento do Poder

Legislativo que consome enorme tempo na atuação de parlamentares. O objetivo deste texto é explorar a fundo este lado ainda desconhecido do funcionamento do Poder Legislativo brasileiro.

Para tanto, construiu-se um banco de dados único que cobre o período de 1991 a 2010, incluindo todas as legislaturas eleitas após a Assembleia Constituinte de 1988. O conjunto de dados abrange 2.370 votações nominiais, ocorridas ao longo de cinco legislaturas – da 49ª à 53ª –, as quais compreenderam seis administrações presidenciais – Fernando Collor de Mello, Itamar Franco, dois termos de Fernando Henrique Cardoso, e dois de Luiz Inácio Lula da Silva. Este banco de dados permitirá testar várias hipóteses sobre como o contexto político afeta a obstrução do processo decisório na Câmara dos Deputados.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. INÁCIO, Magna; RENNÓ, Lucio (Eds.). *Legislativo brasileiro em perspectiva comparada*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009. p. 353-380.